

**O Império da escravidão:
Demografia escrava em um complexo de fazendas ao sul do Rio de Janeiro (c.1868-c.1880)**

Prof. Dr. Thiago Campos Pessoa
Universidade Federal Fluminense / FAPERJ (Pós-doutorando)

Resumo:

Nesse artigo analisaremos o desenvolvimento demográfico de um amplo complexo de fazendas escravistas situadas no médio Vale do Paraíba, em sua porção fluminense, entre 1868 e 1880. Partindo dos autos de avaliação das fazendas, reconstituiremos a demografia da escravidão nesses espaços e acompanharemos seu desenvolvimento nos quadros dos municípios que as acolhiam. Cotejaremos a reconstituição populacional do complexo ao quadro demográfico da escravidão no espaço do médio Vale cafeeiro fluminense, registrado em diferentes mapas e quadros elaborados pela Presidência da Província do Rio de Janeiro. Feito isso, procuraremos dimensionar em termos econômicos e demográficos a força da escravidão nos últimos grandes espaços escravistas da América.

Palavras-chave: escravidão; cafeicultura; demografia-histórica

Área-temática: História Econômica e Demografia Histórica.

Em 15 de Outubro de 1868, iniciava-se o inventário da esposa do Comendador José de Souza Breves, Rita Clara de Moraes Breves, filha do Barão de Pirai e da irmã mais velha de José, Cecília de Almeida Frazão de Souza Breves. Ao que parece, a morte para Rita chegou repentinamente, nem mesmo houve tempo para a confecção do testamento e disposição das suas últimas vontades. No entanto, é bem verdade que aquela senhora não possuía filhos, tampouco outros herdeiros, de modo que o Comendador tornava-se o único legatário e inventariante dos bens do casal, que a partir daquele momento passava a ser avaliado para regularização do legado junto à fazenda provincial. Onze anos depois, faleceria José. Já aguardando o juízo final, deixara um longo e intrigante testamento, o qual escrevera dois anos antes de falecer. Embora não tivesse filhos, sobravam afilhados, sobrinhos, agregados e amigos, todos contemplados. Seu principal herdeiro, e a partir de então, administrador do espólio, era o irmão mais novo, o poderoso Joaquim Breves, tido a época por *Rei do café*.

A fortuna do casal, como veremos, estava assentada essencialmente na posse de milhares de escravos e na propriedade de um conjunto de fazendas edificadas do litoral ao médio Vale do Paraíba, ao sul da antiga província do Rio de Janeiro. Integravam a *elite agrária*, estabelecendo-se entre os *megaproprietários* do Vale.¹ O perfil de sua riqueza colocava o casal Breves entre as famílias que detinham milhares de cativos espalhados por uma cadeia de propriedades, que juntas formavam um complexo de fazendas orientadas em torno da produção cafeeira. O Comendador José figurava entre os poucos que controlavam o crédito em Pirai, estabelecendo-se como o principal capitalista em seu município de origem. Concomitantemente, ocupava os principais espaços políticos locais, assim como os lugares de poder no âmbito da política provincial fluminense.²

No seio desse segmento, a força da escravidão parecia inabalada após o fim do tráfico. A acumulação da riqueza no ativo escravo; assim como a reprodução de uma estrutura demográfica incomum no Império do Brasil, faziam desses senhores, e de suas fortunas, a personificação do impulso que tomou essa instituição no processo de estruturação do complexo cafeeiro a partir da década de 1820. Procuraremos acompanhar esse processo através dos autos de avaliação da fortuna do casal, realizados em 1868 e 1880. A partir deles, adotando como método a alternância de escalas³, procuraremos dialogar com interpretações consagradas sobre o desenvolvimento da escravidão no Vale do Paraíba fluminense, em especial, em sua porção ocidental, buscando problematizar, em uma perspectiva demográfica, a longevidade da escravidão, onde ela mais se corporificou no Império e na América escravista.

Começemos pelo complexo do Comendador José Breves. Sua dimensão era digna de nota: formado por nove fazendas, localizadas nos municípios de Angra dos Reis, Barra Mansa e Pirai, tinha sua centralidade nessa última municipalidade que concentrava seis das suas nove propriedades. A organização das fazendas entre o médio Vale do Paraíba e o litoral sul fluminense informava a dinâmica de montagem do complexo, assim como evidenciava o histórico de ocupação e da expansão do café, pioneiramente introduzido na região ocidental do Paraíba, descendo de Rezende em

¹ Sobre o conceito de *elite agrária*, ver: FRAGOSO, João. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1870-1888*. Tese de doutoramento em história. UFF, 1990. p. 390-493. Em relação à categoria *megaproprietários*, ou seja, aqueles indivíduos detentores de cem ou mais escravos, seguimos a divisão de faixa de escravarias proposta por: SALLES, Ricardo. *O Vale era o escravo. Vassouras, século XIX – Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.155

² Cf. PESSOA, Thiago C. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

³ REVEL, JACQUES (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

direção à Piraí e Barra Mansa.⁴ Assim, enquanto foi possível, as propriedades em tela configuravam boa parte de sua reprodução, através do comércio de cabotagem, do tráfico ilegal de africanos na zona litorânea, além da produção de gêneros que garantiam o abastecimento das unidades, e por vezes, do mercado local.

Como evidenciam importantes pesquisas para a região, longe de crise, no final dos anos de 1860, mesmo nas áreas ocupadas no início do século, o que se via era a grandeza⁵, tanto nas fortunas estabelecidas ao longo dos últimos 40 anos; quanto na estabilidade de um regime de mão de obra que se mantinha ascendente, a despeito do fim do tráfico de africanos.⁶ A reprodução da escravidão preocupava, mas ainda não ameaçava as colheitas e a produção de café na grande lavoura fluminense. Exatamente nesse momento de opulência foram avaliados os bens legados ao Comendador com a morte de sua esposa. Os números da escravaria ilustram de forma surpreendente a fortuna do casal e a força da escravidão no Vale do café:

Quadro 1: Escravos avaliados nos inventários de Rita e José Breves (1868 e 1880)

Fazendas	Freguesia / Município	nº de cativos em 1868	nº de cativos em 1880	% de redução da escravaria em 12 anos
Pinheiro [*]	Arrozal / Piraí	482	385	20,12%
Bom Sucesso	Arrozal / Piraí	314	95	69,74%
Cachoeirinha	Arrozal / Piraí	237	92	61,18%
Paysandu [*]	Arrozal / Piraí	75	61	18,66%
Sobrado	Arrozal / Piraí	46	27	41,30%
S. Marcos ^{*1}	Arrozal / Piraí	***	31	***
Turvo ^{*2}	E. S ^{to.} / B. Mansa	97	***	***
Brandão ^{*3}	E. S ^{to.} / B. Mansa	***	***	***
Bracuhy	Ribeira / Angra dos Reis	63	***	***
***	Corte	5	***	***
Total	***	1319	691	47,61%

Fonte: Arquivo Municipal de Piraí (AMP). Autos de avaliação do inventário de Rita Clara de Moraes Breves (1868) e Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (MJERJ). Autos de avaliação do inventário de José de Souza Breves (1880).⁷

⁴ OLIVEIRA, José Carlos Teixeira. *História do café no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro: Kosmos editora, LTDA, 1984. p. 264

⁵ Robert Slenes foi pioneiro nesse debate, ao dialogar com as interpretações clássicas de Stein; Dean e Viotti da Costa, que enfatizaram a decadência da economia cafeeira, no médio vale fluminense, anunciada no final da década de 1860. Mais recentemente, Salles destacou que a década aberta com a lei do Ventre Livre ainda era um momento de grandeza, e não de crise, para o antigo Vale do café. SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro 1850-1888*. In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986 e SALLES, R. *Op.Cit.* p. 288.

⁶ Slenes também enfatizou o crescimento da escravidão nas áreas tradicionais do Vale, mesmo após o fim do tráfico. Segundo o autor: “o fim do tráfico não significaria o início do declínio da economia escravista do Rio de Janeiro, mesmo na parte ocidental do Vale, mas o começo de uma fase de crescimento mais lento, que duraria até poucos anos antes da abolição”. SLENES, Robert. *Op.Cit.* p. 116. Marquese, em estudo mais recente, reafirmou a perspectiva de que boa parte da elite política e da classe senhorial do Império não encarou o fim do tráfico como condenação irreversível da escravidão no Brasil. MARQUESE, Rafael. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.284-85

⁷*No auto de avaliação do Pinheiro foram incluídos 42 ingênuos; no Payssandu 7, todos listados e valorados como cativos, por isso, incluídos nesses cálculos. Em S. Marcos além dos 31 escravos, encontramos também 8 ingênuos não valorados, e por isso, excluídos do quantitativo da escravaria da fazenda. *¹ Os cativos da referida fazenda não foram avaliados em 1868; *² Idem em relação a 1880; *³ Idem em relação a 1868 e 1880.

Os dados acima embora chamem atenção por si só, não serão encarados aqui de forma absoluta. Certamente o tamanho da escravaria era maior do que o apontado no inventário aberto em 1868, uma vez que o próprio estado do documento compromete a exatidão da análise.⁸ Entretanto, com o que temos, cabe uma indagação: qual a real importância da demografia dessas fazendas nos quadros populacionais do município sede do domínio do Comendador?

Segundo o censo de 1872, havia 13.475 cativos no município de *Pirahy*, distribuídos entre as paróquias de *Santana do Pirahy* (5.878); S. João Baptista do Arrozal (3.681), N. Senhora das Dôres de Pirahy (3.020) e S. José do Turvo (896).⁹ Considerando apenas os escravos arrolados no inventário das fazendas situadas naquele município nos anos de 1868-69, excluindo, assim, os cativos do *Bracuhy* e os demais não incluídos na avaliação, 8,5 % de toda a escravaria do antigo *Pirahy* pertencia ao Comendador e sua esposa. Sabendo que cinco das suas nove fazendas ficavam na freguesia de Arrozal, o domínio nesse território era bastante impressionante: José detinha cerca de 30% dos cativos da freguesia, percentual certamente subestimado pela não inclusão nos autos do espólio dos dados referentes à fazenda S. Marcos.

Caso façamos a comparação entre o quantitativo de cativos sob o domínio do Comendador quando de seu falecimento, em 1879, com o número de escravos registrados naquele município pelo relatório da Presidência da Província para o ano de 1877, observamos que o acervo humano de José Breves ainda era bastante significativo, representava mais de 4,8% de toda a escravaria do município.¹⁰ A redução desse percentual era compatível com o declínio do número de escravos do Complexo ao longo da década de 1870.

Nos autos de avaliação de 1880 não foram listados os antigos cativos do Bracuí tampouco os da fazenda Brandão. Como vimos, em 1868, o Bracuí contava com 63 escravos e a fazenda do Brandão, em 1880, com *12 lances de senzalas cobertas de sapê*. Dito de outra forma, estamos diante de grandes fazendas escravistas que não tiveram seus escravos incluídos nos respectivos autos de avaliação. Apesar do sub-registro, nos doze anos que separam as duas avaliações, percebemos uma queda acentuada na escravaria do complexo. A média de redução nas realidades passíveis de comparação ficou em torno de 47,61%, enquanto a mediana de queda era de 41,30%, o que indica que mesmo com a impossibilidade de analisarmos em termos comparativos todas as fazendas em tela, a redução da comunidade escrava esteve na casa dos 40% entre 1868 e 1880. Entretanto, esse índice se altera de maneira singular em cada unidade produtiva.

Voltando ao quadro 1, a fazenda sede do Complexo foi uma das que menos perdeu força produtiva entre os anos elencados, sua escravaria foi reduzida em 20,12%, percentual semelhante à queda verificada na propriedade de *Payssandu* que girou em torno de 18,66%. No meio do caminho, o Sobrado teve um déficit de 41,30%, superado apenas pelo encolhimento das gigantes propriedades da Cachoeirinha e do Bonsucesso que perderam, respectivamente, 61,18% e 69,74% dos seus escravos. Nos três primeiros casos, acreditamos que a redução, embora significativa, não tenha alterado o perfil de faixa de plantéis. Entretanto, em Bonsucesso e na Cachoeirinha o tamanho das

⁸ Na avaliação do Pinheiro, por exemplo, duas páginas se perderam no tempo, e sabendo que em média 8 cativos era avaliados por lauda, o número de escravos na casa do Comendador saltava para cerca de 500 indivíduos. No Turvo algumas folhas também seguiram danificadas; e a fazenda de S. Marcos, que ao que tudo indica se tratava de uma grande propriedade, não aparecera com seus escravos arrolados na avaliação do final da década de 1860.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger / Tip. Commercial, 1876. 12 Volumes.

¹⁰ Center for Research Libraries (CRL). *Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Mapa dos escravos matriculados e falecidos entre 1871-77*. Rio de Janeiro, 1878. Vale lembrar, que embora verossímil, esse índice também seguia subestimado, uma vez que as escravarias do Bracuí, do Brandão e do Turvo não foram incluídas na avaliação realizada no início da década de 1880.

escravarias havia sido alterado tão profundamente que ambas deixavam de ser mega fazendas, e passavam a grandes propriedades com menos de 100 cativos.¹¹

Se compararmos no tempo o montante investido em escravos, podemos perceber o quanto a fortuna do Comendador era substancialmente embasada na escravidão ao final dos anos de 1860; e como continuou sendo nos anos seguintes, apesar da redução numérica de todas as suas escravarias:

Quadro 2: Valor da escravaria do Comendador (em contos de reis)

Fazenda	Valor 1868	Valor 1880	% de redução do investimento em escravos
Pinheiro	340.750,000	160.400,000	52,92%
Payssandu	45.850,000	22.030,000	51,95%
S. Marcos	***	12.500,000	***
Bom Sucesso	182.500,000	33.925,000	81,41%
Cachoeirinha	136.650,000	32.470,000	76,23%
Sobrado	33.800,000	11.860,000	64,91%
Turvo	73.900,000	***	***
Bracuhy	27.790,000	***	***

Fonte: Idem ao quadro 1

Em tempos de grandeza e da afirmação do capitalismo no plano macro econômico, os números em tela denotam a dimensão da acumulação de capital em escravos no processo caracterizado por Tomich como *segunda escravidão*.¹² De outra forma, evidencia-se o quanto o Comendador estaria atado a um padrão de acumulação que embora economicamente viável e lucrativo, no final dos anos de 1870, mostrara seus primeiros sinais de declínio. A fortuna de um pouco mais de 840 Contos de Réis investida em cativos, em 1868, justificava-se diante da estabilidade política e econômica da escravidão, só abalada, institucionalmente, com o fim da Guerra de Secessão. Entretanto, o investimento em cativos, até aqueles anos, ainda era prática racional, lucrativa, e, por isso, coerente com a economia de mercado em construção.¹³ Além do que, no universo do Vale do Paraíba, o mercado de escravos continuava aquecido e o escravismo, enquanto instituição, parecia em ascensão em algumas áreas da principal zona cafeeira do Império, pelo menos até os últimos anos da década de 1870.¹⁴

Naquele momento, nas áreas tradicionais de expansão do Vale fluminense, esse aquecimento significou para muitos senhores a disposição de partes de seus cativos no mercado. Esse processo parece ser exemplificado pela trajetória das fazendas de José Breves. Isso porque ao final dos anos de 1870, em um período de estabilidade no preço do escravo na economia cafeeira¹⁵, a escravaria do Comendador era 47,61% menor do que o quantitativo de 1868. Entretanto, a despeito do envelhecimento da escravaria e de um processo irreversível de desvalorização da mão de obra cativa, maximizado na

¹¹ Utilizamos a proposta de Ricardo Salles, segundo a qual as unidades com mais de 100 cativos eram caracterizadas como megapropriedades. SALLES, R. *Op.Cit.* p. 155.

¹² TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo, Edusp, 2011.

¹³ BAPTIST, Edward E. *A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana*. Almanack. Guarulhos, n.05, p.5-41, 1º semestre de 2013.

¹⁴ SLENES, R. *Op.Cit.*

¹⁵ “É evidente, então, que o escravo em Vassouras encarece muito, em relação ao preço do café, nos anos imediatamente posteriores ao fim do tráfico de africano. No entanto, no início dos anos 1860 há uma baixa sensível no preço relativo ao do café. De 1862 a 1880 o preço relativo do escravo mantém-se mais ou menos estável, a exceção dos anos de 1872 a 1874 quando exibe uma baixa abrupta (caindo em 1873 a um nível abaixo do de 1850).”. SLENES, R. *Op.Cit.* 127.

década da abolição, continuava sendo bastante representativo o valor absoluto da fortuna revertido em escravos, 273 Contos no ano de 1880.¹⁶

Sendo assim, haveria por parte de Breves um paulatino abandono da escravidão ao longo da década de 1870? Suas ações evidenciariam um perfil comum aos senhores que optavam por esvaziar demograficamente suas fazendas, ao passo que ampliavam a exploração do trabalho cativo? Assim como parte de seus pares, passaria a reverter o capital acumulado e investido em cativos em ações, bens urbanos ou no setor financeiro?

Não necessariamente: a equação era mais complexa do que parece. A redução da escravaria não significava, a priori, que o Comendador estivesse gradativamente abandonando o escravismo como lógica de produção e existência no início da década de 1870. A redução do montante investido em cativos não era sinônimo de que o eminente fazendeiro só se vincularia ao mercado a fim de vendê-los. Embora não tenhamos um acompanhamento longitudinal das suas contas, os pagamentos esporádicos e incompletos de meia sisa ilustram a contradição da economia da escravidão nas áreas onde ela ainda era estruturante:

*O Comendador José de Souza Breves, morador do município do Pirahy, vem pagar (...) a quantia de nove contos e oitocentos mil réis (9:800\$000) preço por que comprou em audiência especial de hoje os escravos seguintes, matriculados neste município em data de 16 de Setembro de 1872, a saber: Paulo de 65 anos de idade, matriculado sob o número 1605 (...), todos de nação e serviço de roça, matriculados sob o número 176 da relação apresentada; os quais foram hipotecados ao dito Comendador. (...) Rio Claro, 9 de Junho de 1873.*¹⁷

A execução da hipoteca evidencia por si só que interessava ao Comendador, em momentos chave, incorporar novos cativos as suas fazendas.¹⁸ Na verdade nem tão novos assim. Os nove escravos elencados na guia tinham entre 40 e 75 anos, e labutavam nos serviços de roça. Diferiam, nesse sentido, das aquisições de sujeitos em idade produtiva (14-50 anos), geralmente objetos por excelência das transações negreiras. Além disso, eram também todos africanos, provavelmente da última geração desembarcada durante a clandestinidade. Na dinâmica do complexo, provavelmente a aquisição de africanos entre a meia idade e a velhice atendia a objetivos específicos, muito provavelmente relacionados ao governo dos escravos, que cada vez exigia mais habilidade de proprietários que mantinham em suas Casas, uma aglomeração de centenas de sujeitos escravizados, a maior parte deles ilegalmente, em plena Era do Abolicionismo. A rigor, dispendir quase 10 contos de Réis para comprar cativos considerados velhos na lógica do comércio local, poderia representar que a reiteração da escravidão via mercado, às vezes, se fazia desvinculada de motivos essencialmente econômicos, ou claramente racionais, mas que traziam sua lógica no funcionamento do complexo e nas relações estabelecidas na dinâmica interna das próprias fazendas, atendendo sua administração e a produção social da *paz nas senzalas*.¹⁹

É verdade, no entanto, que muitos senhores da geração de Breves passaram a reverter seus capitais, antes concentrados em escravos, em outros bens ao longo da década de 1870. Manuel de Aguiar Valim, por exemplo, retirava 60% do seu

¹⁶ O envelhecimento do senhor também era um importante fator a ser considerado na redução e desvalorização de sua escravaria. Ver: COSTA, Iraci del N. *Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. História: questões e debates*. Curitiba, Jun. 1983. p. 121-127.

¹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Presidência de Província. Documentos das coletorias de Rio Claro e Santana de Macacu endereçados a Diretoria da Fazenda Provincial 1864-1888. Notação: 0384.

¹⁸ Também em 1873, no mês de Novembro, Joaquim Breves gastou 35 Contos de Reis para a aquisição de trinta e três escravos penhorados a Manoel José Nogueira e seus filhos. APERJ. Idem.

¹⁹ FLORENTINO, Manolo & GOES, José Roberto *A Paz nas Senzalas. Famílias escravas e Tráfico Atlântico, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

rendimento anual dos seus 650 cativos que labutavam os 1.213.700 pés de café em 710 alqueires. Entretanto, apenas 30% de sua fortuna estavam aplicados em cativos e bens agrários em 1878. Valim, a partir de meados da década de 1860, revertera seus capitais em atividades usurárias e apólices da dívida pública.²⁰ O Barão de Nova Friburgo, falecido em 1872, adotou estratégia semelhante, expandindo seus investimentos em imóveis urbanos e nas atividades comerciais.²¹ Somavam-se a eles, o Barão de Itapetininga que ao falecer, em 1877, possuía três fazendas de café, com cerca de 2.000 alqueires de terras, e apenas 4,7% dos seus bens investidos em cativos.²² O grosso da sua fortuna estava atrelado à atividade usurária, aos imóveis urbanos, e às apólices da dívida pública. Em síntese, Valim, Nova Friburgo e Itapetininga abandonavam paulatinamente a escravidão ao longo da década de 1870.²³ Nesse sentido, para Fragoso e Rios, ao deixarem de investir na reprodução do sistema agrário escravista, aqueles senhores executavam o lado mais bem sucedido e racional de escolhas que se polarizavam entre abandonar o escravismo ou continuar investindo em sua reprodução. Nessa linha de análise, aqueles que optassem pelo escravismo colocariam em curso a reiteração de um padrão arcaico de investimentos, marcado pela imobilização do capital e pela permanência de longa duração de estratégias de hierarquização e diferenciação social tributárias à sociedade colonial.²⁴

Escolhas como a de Valim e Nova Friburgo, estavam de acordo com o perfil de investimento encontrado por Marcondes para Lorena. Na composição da riqueza daquela vila cafeeira, 67,6% do patrimônio inventariado era formado pelas dívidas ativas. A aplicação em imóveis e o capital investido em escravos representavam, respectivamente, 14,7% e 13,8% da fortuna registrada entre 1830-79.²⁵ A divisão da riqueza colocava no topo da acumulação os indivíduos atrelados essencialmente à usura, seguidos dos que se dedicavam apenas ao café, e aqueles que conciliavam os cafezais com os derivados de cana. Devemos considerar, entretanto, que muitos desses sujeitos exerciam todos esses papéis simultaneamente, ou os haviam praticado ao longo de suas trajetórias, e que a predominância dos haveres sobre os investimentos em escravos e imóveis só se estabeleceu após 1850. Nas décadas seguintes, o gradual abandono da escravidão refletia-se na queda do percentual investido em cativos, que passou a 9,2% da riqueza inventariada no terceiro quartel do oitocentos. Verifica-se para São Paulo, um processo de “*progressiva eliminação dos escravos como forma de riqueza [e uma nova forma baseada] na riqueza nova, imóveis e ações*” [em um] “*movimento de diversificação de riqueza e investimentos*”.²⁶ O mesmo se sucedeu na província do Rio de Janeiro, com ritmo e temporalidades distintas.

Escolhas, no entanto, não eram tão fáceis de serem colocadas em prática. Muitos senhores que investiram maciçamente em densas escravarias até as vésperas da lei de 28

²⁰ FRAGOSO, João & RIOS, Ana. *Um Empresário brasileiro no oitocentos*. In: MATTOS, Hebe & SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Top Books, 1995. p. 200

²¹ Ao que consta, o monte mor do Barão girava em torno de 8 mil Contos de réis. FERREIRA, Marieta de Moraes. “*O empreendimento cafeeiro e o fazendeiro-capitalista*”. In: *História de Famílias: Casamentos, Alianças e Fortunas*. Rio de Janeiro: Ed. Léo Christiano, 2008.

²² FRAGOSO, João. & RIOS, Ana. *Op.Cit* p. 201

²³ Segundo Fragoso & Rios: “*estamos diante de empresários que, pelo valor dos investimentos, chegavam a deter boa parte da liquidez do sistema. Considerando apenas a soma dos seus ativos financeiros teremos uma quantia equivalente a 1,5% dos meios de pagamento existentes no país, no primeiro trimestre de 1878...*”. *Op.Cit.* p. 202

²⁴ FRAGOSO, João. & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto em uma economia colonial tardia: mercado atlântico, sociedade agrária, e elite mercantil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4ª edição.

²⁵ O restante era composto pelas dívidas passivas (5,2%), animais (1,3%), móveis (1,9%) e dinheiro (0,6% do total). MARCONDES, Renato L. *A Arte de acumular na economia cafeeira. Vale do Paraíba – Século XIX*. São Paulo: Editora Stiliano, 1998. p.170-71.

²⁶ MEELO, Zélia Cardoso. 1985, p. 137 Apud MARCONDES, R. *Op.Cit.* p. 171

de Setembro de 1871 não conseguiriam reverter seus antigos cativos em títulos públicos, capital financeiro ou bens urbanos em poucos anos. Talvez nem tivessem dispostos a fazê-lo, ou apenas o realizariam parcialmente, conservando, assim, o status de grandes senhores. Por isso, muitos ficaram no meio do caminho, reduziram suas escravarias, ao longo dos anos de 1870, investindo no capital financeiro e em bens urbanos, mas se mantiveram atados ao universo da grande propriedade escravista, produtora da reconfiguração e atualização do ser senhor de escravos, no processo de construção de um *habitus* senhorial ainda atual nos últimos anos do século XIX.²⁷

Devemos considerar também que investir na economia do café, e consequentemente na escravidão no Vale, estava longe de ser uma atitude irracional, arcaica, ou um mau negócio pelo menos até o final da década de 1870. Não só o café atraía as principais fortunas das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, como também a economia da escravidão continuava aquecida em diversos municípios da zona de grande lavoura.²⁸ Segundo Robert Slenes e Pedro Carvalho de Mello:

*A taxa média de retorno do investimento em escravos do sexo masculino com idade entre 20 e 29 anos foi de 13% no triênio 1870-1872; 12% no 1873-75; 15% no 1876-78 e 11,5% no 1878-81. Estas taxas foram comparadas ao valor de 10% para a taxa alternativa de retorno – estimada com base em relatórios governamentais, hipotecas e jornais – que um fazendeiro de café poderia obter caso aplicasse seu capital em outras modalidades de investimento que não escravos no período 1871-88 (...) Os resultados mostram que o capital investido em escravos era pelo menos tão remunerativo para os fazendeiros de café quanto os usos alternativos que esse capital pudesse ser empregado. Esses resultados são bastante significativos, pois os preços reais de escravos entre 1871 e 1881 continuavam crescendo, o que indica que os fazendeiros de café estavam obtendo uma taxa positiva de ganhos de capital no investimento em mão de obra escrava.*²⁹

Assim, proprietários como José, ainda que reduzissem a demografia de suas fazendas, agiam de acordo com a dimensão econômica e social do médio Vale fluminense, sugestionados pelos lucros cada vez mais altos do mercado mundial de café no século XIX.³⁰ Estavam condicionados pelo contexto produtivo e econômico local e global, em uma lógica constituinte da *Segunda Escravidão* na América escravista.

Não por acaso, o esvaziamento demográfico das fazendas não correspondera à reversão de capitais em títulos da dívida, ações ou imóveis urbanos. Quando da morte da esposa de Breves, em 1868, o casal detinha 83 apólices da dívida pública, 173 ações do Banco do Brasil, e 9 ações da Companhia União e Indústria, tudo avaliado em 100 contos e 247 mil réis, valor equivalente a 11,91% da sua escravaria no mesmo ano. Em imóveis na Corte, mantinham, na mesma época, chácara à rua S. Clemente (25 Contos), casas, de sobrado e térrea, à rua Marquês de Olinda (10 Contos), além de outro prédio

²⁷ Sobre o conceito de *habitus*, ver: BOURDIEU, Pierre. “Gostos de classes e estilos de vida”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Sociologia*. São Paulo Ática, 1983. p.82-121

²⁸ SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro 1850-1888*. In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

²⁹ O cálculo segue os dados do município de Vassouras, e baseia-se “no método de Fogel e Engerman para medir a taxa interna de retorno obtida com o capital investido em escravos na lavoura de café, o que requereu a obtenção de dados sobre a distribuição dos preços de escravos segundo idade e sexo, a estimativa da expectativa de vida e da receita líquida anual obtida com o uso de um escravo” SLENES, Robert & MELLO, Pedro Carvalho de. “Análise econômica da escravidão no Brasil.” In: NEUHAUS, Paulo (Org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. p. 101-102. Para uma síntese das críticas ao método de Fogel e Engerman, ver: MOURA, Heitor. *Uma parábola acadêmica: a jangada de Robert W. Fogel*. Revista História da Historiografia, n.14, Ouro Preto, Abril de 2014. p. 62-79.

³⁰ SLENES, Robert. *Op.Cit.* MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação de café no século XIX”. GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.341-383.

que servia de armazém, tudo avaliado em 47 Contos, ou seja, menos de 6 % do montante aplicado em cativos no mesmo período.

Passado 12 anos, a fortuna investida em ações e apólices era praticamente a mesma, 105 contos de réis, referentes a 112 apólices da dívida pública. Provavelmente, durante os anos de 1870, o Comendador tenha executado as ações do Banco do Brasil, assim como àquelas aplicadas na Companhia União e Indústria, menos próspera a partir da expansão da malha ferroviária. Na Corte, mantivera os mesmos bens, valorados em 4 contos. O mesmo ocorrera em relação aos imóveis urbanos nas sedes dos municípios de Pirai e Barra Mansa. Aplicados nesse ativo detinham a quantia de 62 contos em 1868 e 71 contos doze anos depois; montantes que representavam 7,41 e 26,26% da escravaria nos respectivos anos. Embora os percentuais apontem uma valorização relativa dos imóveis urbanos na conformação da fortuna do casal, não indicam uma reversão de capitais para o mundo das cidades, uma vez que no período não foram adquiridos novas casas, sobrados, armazéns ou chácaras nem no município sede de seu domínio, tampouco na Corte.

Portanto, se não reverteram os investimentos realizados em cativos para ativos urbanos, podemos supor que redução da demografia escrava corresponderia à crise da economia cafeeira que começava a se anunciar para áreas tradicionais da grande lavoura, como São João do Príncipe e Pirai, já no início da década de 1870?

A realidade das fazendas do Comendador não era exceção à regra em determinados espaços do universo escravista do médio Vale cafeeiro fluminense, sobretudo, em relação à região de Pirai e S. João do Príncipe no final da década de 1870. O crescimento incontestável da demografia da escravidão ocorrera em plenitude nessas áreas entre a implementação da cultura cafeeira, no final da década de 1820, e os últimos anos da década de 1860. Segundo Salles, em sua estimativa para a província do Rio de Janeiro, o número de cativos teria aumentado 30,06%, entre 1840 e 1856, proporção quase equivalente à elevação da população livre para o mesmo período, estimada em 32%.³¹

Não restam dúvidas que o crescimento da população cativa na Província era alavancado pelo Vale. Fossem nas áreas tradicionais, irradiadoras da cafeicultura a partir do final da década de 1820; ou nas zonas à leste de Paraíba do Sul, a escravidão ganhava força a despeito do fim do tráfico. Nos municípios sedes das fazendas do complexo, Pirai e São João do Príncipe, “*cativos e livres haviam crescido à mesma taxa, mantendo, assim, a mesma proporção no conjunto da população*”. Em Cantagalo, núcleo mais representativo na expansão no Vale oriental, o crescimento do quantitativo de escravos superava o da população livre em quatro pontos percentuais, e a proporção de cativos no conjunto da população era de 59% em 1856.³² Daí em diante o desenvolvimento ascendente da escravidão seria mais lento, mas continuaria, por vezes, em ritmo menor do que aquele verificado no universo dos livres.³³ Sua representatividade nos quadros populacionais dos municípios da grande lavoura fluminense diminuía progressivamente no final da década de 1860, muito embora em regiões como Valença, Pirai e Vassouras os escravos ainda conformassem a maioria da população cativa segundo o recenseamento de 1872.³⁴

³¹ SALLES, R. *Op.Cit.* p. 186-87

³² SALLES, R. *Op.Cit.* p.187

³³ Segundo Sales, entre 1840-72, a população livre de Vassouras triplicou, passando de 6.285 para 18.608, enquanto o universo dos escravos aumentou 1,41 vezes, saltando de 14.344 para 20,168 cativos. *Op.Cit.* p. 160

³⁴ Quadro semelhante analisou Viotti da Costa em relação aos municípios do Oeste paulista. Segundo a autora: “*Esses dados permitem-nos observar que até os anos 70 [1870] o número de escravos não deixou de aumentar, de maneira geral, em todos os distritos cafeeiros paulistas. Em relação à população total, entretanto, seu índice começava a diminuir, o que sugere uma participação progressiva do trabalho livre,*

Quadro 3: Evolução da população escrava no Vale Ocidental Fluminense (1840-1872)

Município	1840		1850		1856		1872	
	n° absoluto	% na pop.	n° absoluto	% na pop.	n° absoluto	% na pop.	n° absoluto	% na pop.
Barra Mansa	6.820	56,36					10.994	42,47
Paraíba do Sul	8.506	54,18	8.513	50,81			17.107	45,67
Piraí	11.186	64,91	19.090	73,41	23.862	73,41	13.475	53,03
Resende	8.663	42,89	9.120	45,60	10.210	42,47	9.437	32,58
S.J. do Príncipe	6.679	55,80	9.483	61,88	11.853	61,88	7.653	43,91
Valença	12.835	70,93	20.119	70,10	23.468	65,38	23.496	55,77
Vassouras	14.333	69,91	19.210	67,09			20.168	51,38
Total	69.022		85.535		69.393		102.330	

Fonte: Dados retirados do quadro sistematizado por Ricardo Salles. Para uma visão de toda a província do Rio de Janeiro, ver: SALLES, R. *Op.Cit.* p.258-59.

Concentremos a análise no espaço em que estava inserida a maior parte das fazendas do Comendador. O quadro acima nos ajuda a acompanhar o desenvolvimento da demografia da escravidão nos municípios da banda ocidental do Vale cafeeiro fluminense da expansão à crise da abolição. Centralizando a análise em Piraí, observamos claramente o desenvolvimento do escravismo tardio naquela região. Entre 1840 e 1856, o número de escravos no município mais que dobrou, passando de 11.186 para 23.863 cativos. Nos dados da amostra de 1856, Piraí concentrava a maior escravaria do Vale do Paraíba, superando o quantitativo de Valença e provavelmente equiparando-se a Vassouras. Naquele ano, sua importância aumenta se cotejarmos a população escrava ao quadro da província fluminense. Nesse caso, Piraí só ficaria atrás de Campos, que mantinha um universo de 36.484 cativos.

Havia também uma desproporção enorme entre a distribuição de livres e escravos naqueles dois territórios. Em 1856, enquanto Campos contava com uma população de aproximadamente 73.720 indivíduos, dos quais 49,49% eram escravos; Piraí possuía menos da metade, em torno de 32.505 habitantes, e ainda assim, 73,41% deles eram cativos. Atrás desse pequeno município estavam Valença e S. João do Príncipe, áreas da região ocidental do Vale, também com percentuais elevados de cativos no conjunto da população, respectivamente, 65,38% e 61,88%. Mesmo diante da ausência de dados para Vassouras na amostra de 1856, e tomando como referência os índices de 1850, observamos que na relação entre o número de cativos e conjunto da população, seu quantitativo era proporcionalmente menor do que o encontrado em Piraí, uma vez que 69,61% dos seus habitantes eram formados por escravos em 1850. Em Valença, no mesmo ano, esse percentual era de 70,10%; enquanto no município sede das fazendas de José Breves o índice já alcançava os 73,41%.

Dito de outra forma: em toda a província do Rio de Janeiro, Piraí era, proporcionalmente, o município que mais concentrava cativos em sua população durante a década de 1850; e o segundo ou terceiro que mais os detinha em números absolutos.³⁵ Tendo em vista a estrutura de posse no Brasil oitocentista, inclusive nas regiões de grande lavoura, provavelmente o pequeno Piraí, entre o final da década de 1840 e o início dos anos de 1860, fosse o município que mais concentrasse escravos em

uma vez que essas regiões atravessam uma época de notável desenvolvimento econômico". COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 5ª edição. p. 189.

³⁵ Viotti da Costa ao estudar a realidade escravista em Piraí, afirmou que: "poucos municípios de diferentes áreas cafeeiras chegaram a apresentar concentrações de escravos tão altas quanto os da região fluminense". COSTA, Emília Viotti da. *Op.Cit.* p. 105

todo o Império, não em números absolutos, já que seria superado por Campos, e provavelmente por Vassouras; mas em termos relativos, na medida em que mais de 73% da sua população ainda era cativa em 1856, essencialmente formada pelos últimos africanos desembarcados clandestinamente no território brasileiro.

A presença maciça dos africanos na população de Pirai encontrava correspondente em uma estrutura de posse que, aparentemente, não estava diluída em uma ampla camada de senhores. Poucas famílias, interligadas por laços consanguíneos e matrimoniais, concentravam enormes escravarias. Os Breves casados com os Moraes, que desposavam os Monteiros de Barros, que por sua vez eram parentes dos Vargens Alegre, personificavam esse padrão de acumulação³⁶, em um município que se constituía no final de 1830, e se expandia nos anos seguintes, em torno da ampliação e do monopólio da escravidão.

Seguindo os índices fornecidos pelo Censo de 1872 sobre as municipalidades da área ocidental do Vale, Pirai ocupava a quarta posição em relação ao tamanho da escravaria (13.475), sendo o número de cativos maior em Valença (23.496); Vassouras (20.198) e Paraíba do Sul (17.107). No âmbito provincial deixava de ser a segunda maior área escravista do Rio de Janeiro, passando à sétima posição.³⁷ Assim, o município que concentrava as fazendas do Comendador, perdera 43,53% dos seus escravos entre 1856 e 1872, a maior queda das áreas de grande lavoura.³⁸ Apesar disso, era a segunda maior municipalidade em relação à concentração de escravos no Vale Ocidental, e a quarta em toda a província, uma vez que 53,03% da sua população era formada por escravos. Em 1872, embora atrás de Cantagalo (57,51%), Santa Maria Madalena (57,41%) e Valença (55,77%), Pirai seguia como uma das áreas onde a escravidão era mais representativa nos quadros populacionais da Província.

Os anos de 1870 marcaram a redefinição das grandes escravarias fluminenses. Robert Slenes em interpretação seminal, no final de 1980, afirmara: “*entre meados do século e o início da década de 1880, tanto as informações sobre a população quanto os dados sobre mercado de escravos apontavam para um quadro de crescimento econômico nas principais áreas de grande lavoura*”.³⁹ Nesse sentido, a demanda por escravos atingia seu ponto culminante durante década de 1870, uma vez que o tráfico interno em direção ao Vale havia sido maior no período de 1873 a 1880, do que no recorte anterior, após 1850.⁴⁰ Isso, por sua vez, explicava a elevação da população escrava dos municípios da grande lavoura a um ritmo de 1,6% ao ano, o que representava um pouco mais da metade da média de crescimento para os anos de 1840-50, que girava em torno de 2,9% ao ano. Assim, Slenes redescobre o panorama demográfico da escravidão no Vale fluminense, configurado pela expansão tardia do escravismo na região.

³⁶ Sobre as estratégias familiares dos Breves, ver: PESSOA, T.C. *Op.Cit.* Para a ampliação dessa temática e suas estratégias de enlances parentais entre a elite agrária oitocentista. Ver: MUAZE, Mariana. *As Memórias da Viscondessa. Família e Poder no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

³⁷ Em primeiro lugar estava Campos com 32.620 cativos, seguido de Valença (23.496); Vassouras (20.168); Paraíba do Sul (17.107); Cantagalo (16.305) e S. Fidelis (14.815). SALLES, R. *Op.Cit.*p.258-59. Destaca-se, nesse quadro, o crescimento da demografia da escravidão nas áreas de ocupação mais tardia do Vale oriental durante a década de 1860.

³⁸ O índice que mais se aproximava de Pirai era de S. João do Príncipe, com 35,43% de queda na população escrava no mesmo período. Vale notar que Pirai fazia parte daquele município até 1837, área pioneira na ocupação e expansão do café e da escravidão. Não por acaso, configuraram-se como localidades que primeiro sofreram o processo de esgotamento do solo e redução da demografia escrava já no final da década de 1860.

³⁹ SLENES, R. *Op.Cit.* p. 105

⁴⁰ Idem. O limite do recorte de Slenes era 1880 porque, a partir do ano seguinte, uma lei provincial sobretaxara os cativos recém-importados, desestimulando a entrada de escravos na Província do Rio de Janeiro. O mesmo processo foi analisado por José Flávio Motta para a realidade paulista. Ver: MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além*. São Paulo: Alameda editorial / FAPESP, 2012.

Em outras palavras, o que está por traz dos dados de Slenes era o fato de que a lei que regulava o *ventre-livre* não alterou o quadro de crescimento da escravidão no Vale até o final da década de 1870. Ficara evidente que a expansão do complexo cafeeiro e sua consolidação conferiam estabilização e ampliação à escravidão, a despeito do fim do tráfico atlântico de escravos. Nesse sentido, era emblemático o crescimento da população escrava que mais que triplicou de tamanho na Província do Rio de Janeiro, passando de 119 mil em 1844, para cerca 370 mil no final de 1870.⁴¹ A partir de então, a escravidão começava a se esvaziar nas regiões que impulsionaram sua expansão a partir da década de 1820, seguindo a tendência do que já ocorria em relação à população da Corte e de outras regiões do Império.⁴²

Nessas áreas, já havia retração da demografia cativa anteriormente aquele marco. Em meados do século, enquanto doze dos vinte e três municípios da província fluminense tinham em sua população mais de 50% de indivíduos reduzidos à escravidão; em 1872 havia apenas cinco municipalidades nessa situação. Dito de outra forma, na Província que abrigava a Corte, 52,8% de sua população era conformada por escravos em 1850; percentual reduzido para 49,9% em 1856 e 37,4% em 1872.⁴³ De forma geral, o declínio da demografia da escravidão era a regra para diversas regiões do Rio de Janeiro nesse período, com exceção do Vale.⁴⁴ A redução não era impulsionada pelos municípios vinculados à economia cafeeira, salvo exceções das áreas pioneiras, como Piraí e S. João do Príncipe, mas, sobretudo, por regiões desvinculadas da grande lavoura, abertas à incorporação de mão de obra livre, como ocorria, por exemplo, nos litorais sul e norte fluminense.⁴⁵

Retornando aos dados de Slenes, verificamos que eles apontam o crescimento da população escrava ao considerar a demografia do Vale como um todo. Caso recuperemos a divisão entre áreas tradicionais, de ocupação mais tardia, e àquelas impulsionadas na segunda metade do século, perceberemos as singularidades. Como foi evidenciado pelo próprio autor, as regiões da zona ocidental que cresceram a 4,1% ao ano, entre 1840-1850, tenderam a estagnação no período seguinte, recortado até 1872. No entanto, o contrário ocorria no setor oriental do Vale, a leste de Paraíba do Sul, que continuava a crescer a 2,9% ao ano no segundo período, em ritmo um pouco menor do que ocorrera no primeiro recorte quando a ascendente foi de 3,9% ao ano.⁴⁶ Sendo assim, o quadro de amplo crescimento da demografia escrava parece mais evidente nas regiões de ocupação tardia, ou seja, àquelas que a leste de Paraíba do Sul se transformariam nos polos que mais atraíam escravos até o final da década de 1870. Apesar disso, na parte ocidental do Vale, a população cativa crescia a 0,6% em média ao ano, ao passo que na área oriental esse índice era cinco vezes maior. Isso também porque era positivo o saldo entre entradas e saída de cativos. Tomando a dimensão da Província como um todo, esse índice ficava em torno 9,3% da população escrava registrada em 1872; percentual que continuava positivo para o Vale ocidental (8,5%) e muito superior para a região oriental (29,9%). Os dados arrolados por Slenes sobre o

⁴¹ COSTA, E. V. Da. *Op.Cit.* p. 191

⁴² MARCONDES, Renato L. *Diverso e Desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. São Paulo: Editora Funpec, 2010.

⁴³ Apud SALLES, R. *Op.Cit* p.257-60

⁴⁴ Slenes calculou um percentual de fluxo positivo para as áreas de plantation em torno de 26,9%. Ver: SLENES, R. *Demography and Economics of Brazilian Slave Trade, 1850-1888*. Stanford University, 1975. Apud SALLES, R. p. 271, nota 46.

⁴⁵ Nesse sentido, por exemplo, Angra passava de 10.884 escravos em 1856, para 4.544 em 1872. O mesmo ocorrera em Saquarema que despencava de 11.136 no primeiro período para 4.237 no ano do censo.

⁴⁶ O geógrafo Alberto Lamego, durante a década de 1960, já apontara o crescimento econômico daquelas áreas a leste de Paraíba do Sul atrelado ao desenvolvimento de novos complexos cafeeiros evidentes ao longo da segunda metade do oitocentos. Estudos posteriores, como os de Robert Slenes, João Fragoso e Ricardo Salles, ratificaram os argumentos de Lamego.

mercado de escravos no Rio de Janeiro, a partir dos relatórios da Presidência de Província, reforçam seus argumentos construídos através dos dados censitários.

Portanto, mesmo não havendo retração da população escrava do Vale após o fim do tráfico, os municípios de Pirai e São João do Príncipe parecem ter atingido o ápice de concentração da população cativa entre meados de 1850 e a primeira metade da década de 1860. No período seguinte, ao contrário do que se dera em relação a outras zonas da grande lavoura, naquelas duas realidades prevaleceu à estagnação, o declínio, e um significativo crescimento nos anos de 1870, em ritmos e dimensões particulares. Para as demais municipalidades, observemos o quadro a seguir:

Quadro 4: Evolução da população escrava no Vale Ocidental Fluminense (1856-1885)

Município	1856	1872	1877	1882	1884	1885
Barra Mansa		10.994	15.086	11.216	11.036	7.926
Paraíba do Sul		17.107	21.288	15.369	14.386	10.095
Pirai	23.862	13.475	14.359	11.360	11.054	6.638
Resende	10.210	9.437	11.075	8.240	8.209	4.900
S. João do Príncipe	11.853	7.653	8.182	5.675	5.926	3.064
Valença	23.468	23.496	31.307	25.354	24.272	17.607
Vassouras		20.168	22.781	18.630	18.891	10.491
Total		102.330	124.078	95.844	93.774	60.721

Fonte: SALLES, R. *Op.Cit.* e CRL. *Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930)* “*Mapa dos escravos matriculados e falecidos desde 1871 até 1877*”. “*Quadro demonstrativo do movimento da população escrava da Província do Rio de Janeiro, de 30 de Setembro de 1873 a 31 de Agosto de 1882*”. “*Quadro existente dos escravos existentes na província do Rio de Janeiro, matriculados até 30 de março do corrente ano, em virtude da lei 3270 de 28 de Setembro de 1885*”: Rio de Janeiro, Agosto de 1878; Fevereiro de 1883 e Julho de 1887.

Comparando as duas primeiras colunas ratificamos o que já foi dito em relação à demografia escrava em Pirai e São João do Príncipe entre meados da década de 1850 e o início dos anos 1870. Nessa perspectiva parece acertada a afirmação de Viotti da Costa segundo a qual a população escrava de Pirai seria superada pelo quantitativo de Valença entre o final dos anos de 1850 e o início da década seguinte, e, a partir de então, entraria em declínio.⁴⁷ O cruzamento das colunas seguintes, que abarcam os períodos entre 1872-77, ratifica em grande medida o argumento de Slenes, à medida que em primeiro plano todas as escravarias haviam aumentado no período, até mesmo o quantitativo dos municípios de Pirai e São João do Príncipe, muito embora fossem os dois únicos espaços onde os números absolutos de cativos eram menores do que aqueles apresentados em 1856. A despeito disso, caso acompanhemos o desenvolvimento daquelas escravarias em termos absolutos, podemos perceber o real crescimento provocado pelo comércio interno de escravos entre 1872 e 1877:

Quadro 5: Relação entre população cativa e movimento do tráfico interno (1872-77)

Município	Total em 1872	Mat. 1873	Mat. 1874	Mat. 1875	Mat. 1876	Mat. 1877	Total em 1877	% de crescimento
S. J. do Príncipe	7.631	231	55	76	64	125	8.182	6,51%
Resende	8.833	578	446	376	389	453	11.075	25,38%
Pirai	13.166	266	216	223	279	209	14.359	9,06%
Barra Mansa	10.981	1.022	932	916	555	680	15.086	37,38%
Paraíba do Sul	18.117	862	853	424	616	416	21.288	17,50%
Vassouras	20.364	913	578	369	344	213	22.781	11,86%
Valença	25.902	1.409	1.480	941	886	689	31.307	20,86%

Fonte: CRL. *Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930)* “*Mapa dos escravos matriculados e falecidos desde 1871 até 1877*”. Rio de Janeiro. Agosto de 1878.

⁴⁷ COSTA, E.V. Da. *Op.Cit.* p.189

Como vemos, não por acaso, S. João do Príncipe e Piraí eram os municípios do Vale Ocidental onde a população cativa menos crescera no período. Por outro lado, áreas também pioneiras no cultivo e expansão da cultura cafeeira no Império, como Resende e Barra Mansa⁴⁸, apresentaram os maiores índices de crescimento da região, em torno de 25,38% e 37,38%, respectivamente. De maneira geral, a média de elevação da escravaria alcançou 18,36% nos seis anos que seguiram a aprovação do Ventre Livre.

Devemos notar, no entanto, que o quadro anterior foi construído a partir da primeira parte do *Mapa dos escravos matriculados e falecidos desde 1871 até 1877*, produzido pela Presidência da Província do Rio de Janeiro em Agosto de 1878, considerando apenas os escravos matriculados em cada ano da amostragem. Entretanto, se cruzarmos as informações da matrícula ao quantitativo dos escravos falecidos nos respectivos anos, a perspectiva de sustentabilidade da escravidão pelo tráfico interno parecia indicar decréscimo da demografia cativa para determinadas realidades do Vale:

Quadro 6: Relação entre cativos matriculados e falecidos entre 1873-77

Município	Matriculados	Falecidos	Diferença	% ... *
S. João do Príncipe	551	647	-96	-1,25%
Piraí	1193	1284	-91	-0,69%
Resende	2242	884	1358	15,34%
Barra Mansa	4.105	1128	2997	27,29%
Paraíba do Sul	3.171	1798	1373	7,57%
Vassouras	2.417	1760	657	6,74%
Valença	5.405	2603	2802	10,81%

Fonte: CRL. *Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930). "Mapa dos escravos matriculados e falecidos desde 1871 até 1877"*. Rio de Janeiro, Agosto de 1878. * O símbolo % se refere ao percentual de desenvolvimento da demografia escrava no período, tendo como referencial a quantidade de cativos matriculados no ano de 1872.

Tendo por base o cruzamento entre o quantitativo de cativos que entraram via tráfico interno, e aqueles que faleceram nos municípios da porção ocidental do Vale fluminense, a média de crescimento era reduzida a metade, figurando em torno 9,40% no período. De maneira geral, o número de falecimentos não chegava a comprometer o crescimento da escravidão naquela região, com exceção, apenas de São João do Príncipe e Piraí. Naqueles municípios, a partir de 1874, o número de óbitos superava o quantitativo de cativos matriculados, o que produzia uma taxa negativa de desenvolvimento da população escrava, respectivamente, de -1,25% e -0,69%, entre os anos de 1873 e 1877. Apesar da redução verificada, com exceção das realidades em que se inseriam as fazendas da família Breves, o crescimento da escravidão no Vale só seria interrompido após os últimos dois anos da década de 1870.

Aqui nos valem novamente da análise de Slenes, para quem: “(...) cabe ressaltar a importância de estudar mais intensamente o período 1878-82. Foi nesse curto prazo de tempo que as expectativas em relação ao futuro político da escravidão mudaram de forma radical, não só no Rio, mas ao que parece em todo o Brasil”.⁴⁹ Não por acaso, exatamente naquele período, a demografia escrava da área mais antiga do Vale começava a decair em ritmo acelerado e irreversível, como vemos a seguir:

Quadro 7: % de queda da população escrava do Vale Ocidental (1877-82)

⁴⁸ Sobre o pioneirismo do café na Província do Rio de Janeiro, Taunay afirmou que “(...) passou a cultura da rubiácea para Mendanha, Resende, S. J. do Príncipe, para penetrar em São Paulo (...) ao mesmo tempo se alastrava noutro rumo (...) para Piraí, Barra Mansa, Vassouras, Valença e Paraíba do Sul, penetrando em Minas” TAUNAY, A. *A História do café no Brasil*. Volume Oitavo-Tomo VI. Rio de Janeiro: Ed. Departamento Nacional do Café, 1939. p. 206

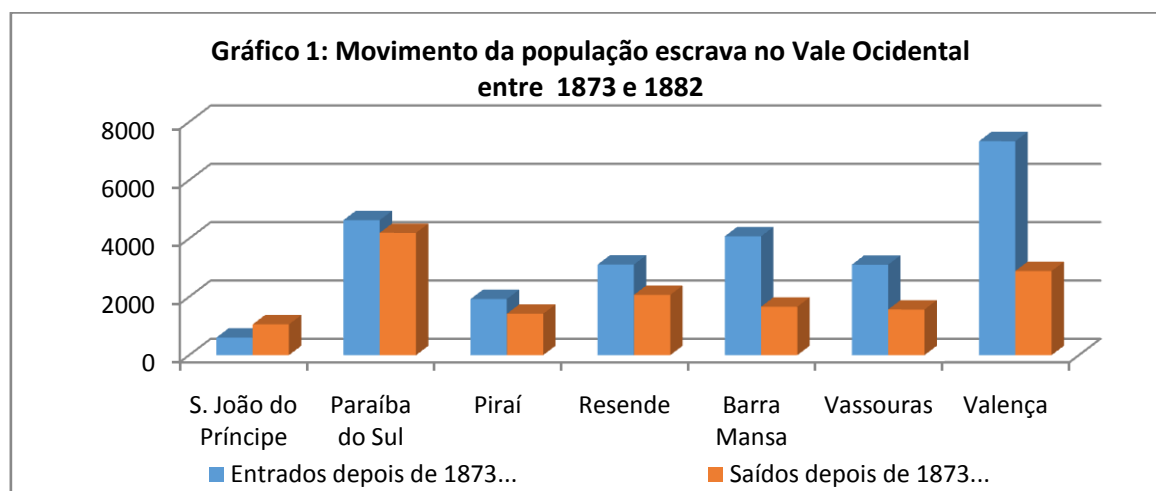
⁴⁹ SLENES, R. *Op.Cit.* p.142

Município	% de queda
S. João do Príncipe	30,62%
Paraíba do Sul	27,80%
Barra Mansa	25,65%
Resende	25,59%
Piraí	20,88%
Valença	19,01%
Vassouras	18,22%

Fonte: CRL. *Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930)* “*Mapa dos escravos matriculados e falecidos desde 1871 até 1877*”: Rio de Janeiro, Agosto de 1878 e 1883.

Na comparação entre os anos, a média de redução da demografia escrava ficou em 23,97%. São João do Príncipe foi o município que mais perdeu cativos, sua escravaria foi reduzida em 30,62%; enquanto Vassouras mantivera o menor índice (18,22%). De forma geral, todos aqueles municípios chegaram em 1882 com menos escravos do que concentravam dez anos antes, com exceção de Valença, onde se verificou um crescimento de 0,98%, elevação certamente provocada pela entrada de cativos até 1877.⁵⁰

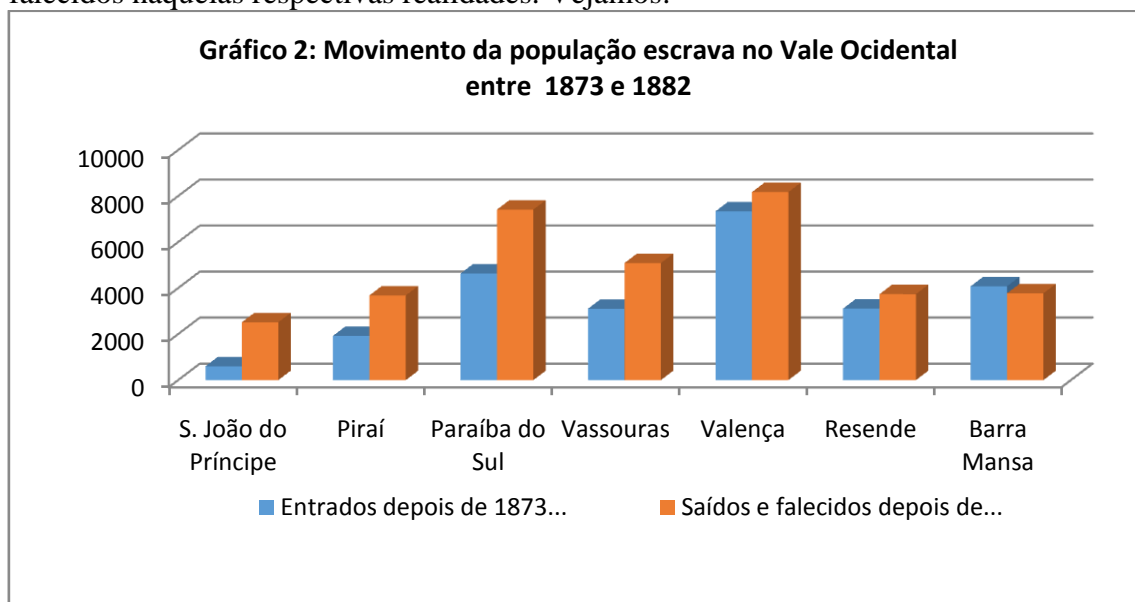
Entretanto, o que teria exatamente provocado a redução daquela população? Poderíamos endossar a assertiva de Slenes ao afirmar que entre 1878-82 “*as expectativas em relação ao futuro político da escravidão mudaram de forma radical*”? Muito provavelmente sim; mas, por outro lado, isso não significava que todos aqueles senhores abandonariam o escravismo e deixariam de adquirir cativos no mercado local e intraprovincial. Até o final de Agosto de 1882, o quantitativo de cativos que saíam daqueles municípios era quase sempre inferior aos números daqueles que entravam no mesmo período. Apenas em São João do Príncipe saíram quase duas vezes mais escravos que entraram. Para os demais locais prevaleceu o reverso, em graus e dimensões também diferenciadas, ao ponto de em áreas como Valença terem sido matriculados quase três vezes mais escravos do que o quantitativo daqueles que deixaram o município no mesmo período.



Fonte: CRL. *Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930)*. “*Quadro demonstrativo do movimento da população escrava da Província do Rio de Janeiro, de 30 de Setembro de 1873 a 31 de Agosto de 1882*”: Rio de Janeiro, Fevereiro de 1883.

⁵⁰ Em Barra Mansa, embora não tenha havido crescimento da população escrava entre 1872 e 1882, a redução no período foi muito restrita, cerca de 1,06%, indicando que o desenvolvimento verificado durante a década de 1870 garantiu a estabilidade da demografia escrava no período de dez anos após a matrícula de 1872.

Dessa forma, parece claro que não era o abandono do escravismo que motivava a queda. No entanto, há de se notar que a composição do recorte, entre 1873 e 1882, desconsiderando o desmembramento dos últimos quatro anos chaves desse período, generaliza os dados, inviabilizando a possibilidade de captarmos o impacto de entradas e saídas justamente entre os anos de 1878-82. Mesmo diante dessa fragilidade, parece evidente que a saída de cativos não era suficiente para explicar o declínio, que só apareceria de maneira nítida caso conciliássemos esses dados ao número de cativos falecidos naquelas respectivas realidades. Vejamos:



Fonte: CRL. *Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930). "Quadro demonstrativo do movimento da população escrava da Província do Rio de Janeiro, de 30 de Setembro de 1873 a 31 de Agosto de 1882"*: Rio de Janeiro, Fevereiro de 1883.

* Para o cálculo, desconsideramos os escravos libertados no período, analisado em outro momento da pesquisa. A inclusão desses números elevaria ainda mais a diferença entre os índices.

Ampliando o escopo da análise, vemos que nos dados do início da década de 1880, Resende, São João do Príncipe e Pirai, áreas pioneiras na ocupação e expansão do café, chegaram em 1884 com menos escravos do que mantinham em 1840. Outros municípios mantiveram crescente a riqueza concentrada em escravos até o final dos anos de 1870. Nesse sentido, Barra Mansa, Paraíba do Sul, Valença e Vassouras, em 1884, detinham muito mais cativos do que já possuíam no momento de montagem do complexo cafeeiro em 1840.⁵¹

A passagem entre os anos de 1884 e 1885 parece ainda mais esclarecedora sobre o esvaziamento da demografia escrava, e, conseqüentemente, a projeção de sobrevivida da escravidão. A redução verificada nos meses que separam os anos de 1884 e 1885 configurou o mais claro indicativo de esgotamento do escravismo naquela região, sobretudo, para os últimos grandes senhores do Império.

Quadro 8: Índice de redução da população escrava do Vale Ocidental (1877-82 e 1884-85)

Município	Índice de queda 1877-82	Índice de queda 1884-85
S. João do Príncipe	30,62%	37,66%
Paraíba do Sul	27,80%	29,82%
Barra Mansa	25,65%	33,88%
Resende	25,59%	40,30%
Pirai	20,88%	39,94%

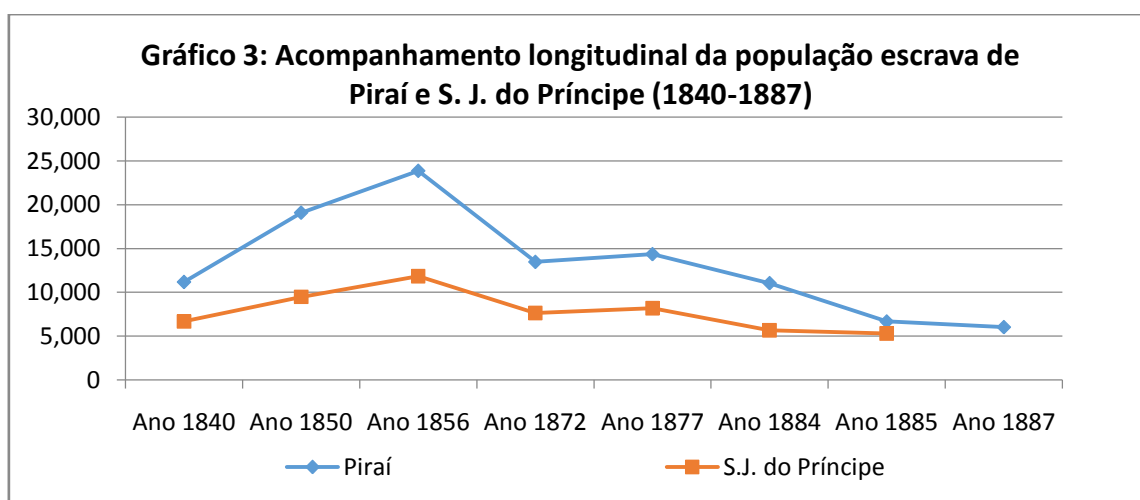
⁵¹ Trabalhando apenas com os marcos de 1840 e 1884, vemos que no último recorte a quantidade de escravos era maior do que os anos de 1840 em Vassouras (31,80%); Barra Mansa (61,81%) e Paraíba do Sul (69,12%).

Valença	19,01%	27,45%
Vassouras	18,22%	44,46%

Fonte: CRL. Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930). “*Mapa dos escravos matriculados e falecidos desde 1871 até 1877*”: Rio de Janeiro, Agosto de 1878. “*Quadro estatístico dos escravos existentes na Província do Rio de Janeiro, matriculados até 30 de Março do Corrente ano, em virtude da lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885*”. Rio de Janeiro, 1887.

Se já era possível afirmarmos que no final da década de 1870 a maior parte dos grandes senhores mudaram suas expectativas em relação ao fim da escravidão, sobretudo, por conta do fechamento do mercado de escravos em escala interprovincial, o que poderíamos dizer dos meses que seguiram ao ano de 1884? Como se pode notar, os percentuais de queda na terceira coluna referem-se apenas aos registros compreendidos entre os meses de 1884-85, e ainda são muito superiores a redução verificada nos cinco anos anteriores. Enquanto, em média, a população da macro região do Vale Ocidental decaía 4,79% entre os anos de 1877 e 1882, o mesmo percentual chegava a 36,22% entre os anos de 1884 e 1885. As quedas limítrofes se deram em Paraíba do Sul e Vassouras, que tiveram suas escravarias reduzidas, respectivamente, em 29,82% e 44,46%. Assim, se ainda havia alguma perspectiva em relação à sobrevida longínqua da escravidão entre alguns senhores do Vale no final da década de 1870, ela certamente foi revista e reduzida significativamente a partir de 1883.

Diante desse quadro, como poderíamos resumir o histórico da demografia escrava nos municípios que abrigavam as fazendas da família Breves? Vejamos no tempo o acompanhamento dessas realidades a partir do gráfico abaixo:



Fontes: Relatórios de Presidente de Província e censos populacionais. Dados retirados dos trabalhos de SALLES, R. *Op.Cit.* p.258-59; COSTA, E.V. Da. *Op.Cit.* p.191 Para o ano de 1885, utilizamos CRL. “*Quadro estatístico dos escravos existentes na Província do Rio de Janeiro, matriculados até 30 de Março do Corrente ano, em virtude da lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885*”. Brazilian Government Document Digitalization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio de Janeiro, 1887.

Como vemos, o esvaziamento demográfico da escravidão em Pirai e S. João do Príncipe parece evidente desde o final dos anos de 1850, quando somente a partir dos últimos dois anos da década de 1870 esse processo se generalizou para outras regiões do Vale. O crescimento verificado, entre 1872 e 1877, não foi suficiente para recuperar a grande concentração de cativos estampada naquelas áreas entre meados dos anos de 1850 e a década de 1860. Não à toa, em 1884, Pirai já se encontrava na oitava posição em relação à concentração de cativos na Província do Rio de Janeiro, perdendo a dianteira que assumira nos anos que precederam o fim do comércio atlântico de

escravos.⁵² Em 1885, sua população praticamente se igualara ao registrado em S. João do Príncipe, que embora apresentasse sempre menos escravos do que Pirai seguira o mesmo perfil de redução da população cativa no tempo. Nos quatro anos que antecederam a abolição, a queda foi ainda mais significativa, e a população escrava de Pirai sofreu uma retração em torno de 45,37% em relação ao quantitativo registrado em 1884.

Em síntese, os estudos clássicos realizados por Stein, Dean e Viotti da Costa, entre as décadas de 1940 e 1960, enfatizaram que a redução da demografia escrava, a partir do final da década de 1860, estava diretamente relacionada à decadência produtiva do Vale cafeeiro fluminense, sobretudo, o seu núcleo ocidental. No final da década de 1980, Slenes, crítico às pesquisas anteriores, procurou demonstrar exatamente o contrário, que não havia decadência no Vale, no reverso se via grandeza. A assertiva seguia alicerçada nos dados sobre o mercado de escravos, que como vimos continuaram aquecidos para a região até os últimos dois anos da década de 1870. No entanto, a rigor, a interpretação da historiografia tradicional talvez não esteja completamente equivocada, e o erro maior reside no vínculo mecanicamente tecido entre o gradativo esgotamento produtivo, visível nas áreas pioneiras da expansão da economia cafeeira no final da década de 1860, e uma falsa retração do mercado de escravos, que levaria ao encolhimento da demografia cativa do Vale ocidental durante os anos de 1870. É verdade, porém, que as realidades de Pirai e São João do Príncipe mostram um declínio da demografia escrava em meio ao crescimento da população cativa do Vale nos anos de 1860. Possivelmente, muitos dos seus escravos seguiram para áreas economicamente mais ativas naqueles anos, sobretudo, em direção às regiões em desenvolvimento a leste de Paraíba do Sul.⁵³

Entretanto, na amplitude dos municípios que conformavam o Vale, a relação entre cafezais velhos, esgotamento da fronteira agrícola, e redução drástica das matas virgens não se converteria mecanicamente em abandono da escravidão, ou esvaziamento da concentração de capitais em cativos. Portanto, grandeza e decadência eram variáveis fluídas, complexas, que necessariamente se alterariam no tempo e no espaço de acordo com o histórico de ocupação e desenvolvimento do município ou macro região a qual nos referimos.

Assim, somente no final a década de 1870, a redução do quantitativo de escravos passou a ser regra para todos os municípios do Vale do café. Nesse contexto, a reposta senhorial buscou conjugar a ampliação das margens de autonomia, alargadas desde a lei n. 2.040 de 28 de Setembro de 1871, à ampliação da exploração da força de trabalho escrava, sobretudo no universo produtivo de cafezais velhos, que, como sabemos, era a realidade nas fazendas de José Breves. O viajante C.F. Laerne, em texto do início da década de 1880, afirmou que os escravos do Vale, na década anterior, ao invés de lavrarem 4.000 pés de café, como era de costume até então; ou no máximo 5.000 mil pés, o que já extrapolava o racional; chegavam a cultivar 7.000 mil árvores!⁵⁴ A maximização do trabalho cativo, nesse sentido, aparecia como consequência direta da redução do número de trabalhadores nos cafezais.⁵⁵ Na prática outros instrumentos

⁵² Em 1884, os oito municípios que mais concentravam escravos em números absolutos na Província do Rio de Janeiro, eram: Campos (27.877); Valença (24.272); Cantagalo (19.140); Vassouras (18.891); Paraíba do Sul (14.386); Santo Antônio de Sá (12.999); São Fidelis (11.837) e Pirai (11.054).

⁵³ Infelizmente ainda não há estudos demográficos e socioeconômicos para Pirai e S. J. do Príncipe, como temos para Vassouras; Paraíba do Sul e Bananal no período de montagem e expansão do complexo cafeeiro.

⁵⁴ LAERNE, C.F. Van Delden. *Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia and Africa*. London: W.H. Allen, 1885. p.291-292

⁵⁵ Slenes utiliza as ideias de Laerne para comprovar que “a agricultura de rapina teria se afirmado nas décadas de 1860 e 1870 – não como mera continuação da rotina do passado, mas como uma adaptação racional da cafeicultura às novas condições do período” SLENES, R. *Op.Cit.* p. 140

foram utilizados para garantir ou ampliar o ritmo da produção, como, por exemplo, o sistema de tarefas.⁵⁶ Nas áreas também pioneiras na decadência da economia cafeeira, como era o caso de São João do Príncipe e Pirai, a média de pés de café cultivado por cativo era ampliada em uma razão inversamente proporcional a redução da escravaria.⁵⁷ Esses dados evidenciam que o esvaziamento populacional das fazendas foi acompanhado do aumento da exploração dos últimos escravos, o que potencialmente pode ter provocado uma precarização das condições de trabalho nas áreas tradicionais de grande lavoura fluminense na década da abolição. A análise dessa hipótese, no entanto, precisa ser cotejada a diversos outros fatores que extrapolam os limites desse artigo, e que, por isso, deixamos para outra ocasião.

⁵⁶ O sistema de tarefas era estimulado por alguns senhores como mecanismo de extração mais eficiente de exploração da mão de obra cativa. Para tanto, ver a análise de Rafael Marquese sobre os manuais agrícolas de época. MARQUESE, Rafael. *Op.Cit.* p.259-298. Segundo Marquese & Tomich: “A cafeeicultura brasileira combinou assim duas modalidades básicas de organização do trabalho escravo nas demais regiões de plantation do Novo Mundo as turmas sob comando unificado (*gang system*) e o sistema de tarefas individualizado (*task system*). Tal arranjo, ademais, permitiu aos senhores a imposição de assombrosa taxa de trabalho a seus cativos. MARQUESE, R. & TOMICH, D. *Op.Cit.* p. 371

⁵⁷ Para Viotti da Costa, “no Vale do Paraíba, onde a produção estava em decadência, a média era de três a quatro mil arbusto, por escravo. À medida que decaía a produtividade, ele era obrigado a manter um número cada vez maior de pés, chegando a ocupar-se, nas zonas mais antigas, de quatro, cinco e até seis mil pés”. COSTA, E.V. Da. *Op.Cit.* p. 238.

Bibliografia:

BAPTIST, Edward E. *A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana*. Almanack. Guarulhos, n.05, p.5-41, 1º semestre de 2013.

BOURDIEU, Pierre. “*Gostos de classes e estilos de vida*”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Sociologia*. São Paulo Ática, 1983.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 5ª edição.

COSTA, Iraci del N. *Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. História: questões e debates*. Curitiba, Jun. 1983. p. 121-127.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “*O empreendimento cafeeiro e o fazendeiro-capitalista*”. In: *História de Famílias: Casamentos, Alianças e Fortunas*. Rio de Janeiro: Ed. Léo Christiano, 2008.

FLORENTINO, Manolo & GOES, José Roberto *A Paz nas Senzalas. Famílias escravas e Tráfico Atlântico, c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1870-1888*. Tese de doutoramento em história. UFF, 1990.

FRAGOSO, João & RIOS, Ana. *Um Empresário brasileiro no oitocentos*. In: MATTOS, Hebe & SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Top Books, 1995.

FRAGOSO, João. & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto em uma economia colonial tardia: mercado atlântico, sociedade agrária, e elite mercantil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4ª edição.

LAERNE, C.F. Van Delden. *Brazil and Java. Report on coffee-culture in America, Asia and Africa*. London: W.H. Allen, 1885

MARCONDES, Renato L. *A Arte de acumular na economia cafeeira. Vale do Paraíba – Século XIX*. São Paulo: Editora Stiliano, 1998.

MARCONDES, Renato L. *Diverso e Desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. São Paulo: Editora Funpec, 2010.

MARQUESE, Rafael. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. “*O Vale do Paraíba escravista e a formação de café no século XIX*”. GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.341-383.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além*. São Paulo: Alameda editorial / FAPESP, 2012.

MOURA, Heitor. *Uma parábola acadêmica: a jangada de Robert W. Fogel*. Revista História da Historiografia, n.14, Ouro Preto, Abril de 2014. p. 62-79.

OLIVEIRA, José Carlos Teixeira. *História do café no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro: Kosmos editora, LTDA, 1984. p. 264

PESSOA, Thiago C. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado* (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

REVEL, JACQUES (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SALLES, Ricardo. *O Vale era o escravo. Vassouras, século XIX – Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

SLENES, R. *Demography and Economics of Brazilian Slave Trade, 1850-1888*. Stanford University, 1975.

SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro 1850-1888*. In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986

SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro 1850-1888*. In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

SLENES, Robert & MELLO, Pedro Carvalho de. “Análise econômica da escravidão no Brasil.” In: NEUHAUS, Paulo (Org.) *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

TOMICCH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo, Edusp, 2011.

Fontes:

1. Arquivo Municipal de Piraí (AMP)
- Inventário de Rita Clara de Moraes Breves. Volume único (1868).
2. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).
- Fundo: Presidência de Província. Documentos das coletorias de Rio Claro e Santana de Macacu endereçados a Diretoria da Fazenda Provincial 1864-1888. Notação: 0384.
3. Center of Research Libraries (CRL). Brazilian Government Document Digitization Project. Provincial Presidential Reports (1830-1930):
- Mapa dos escravos matriculados e falecidos entre 1871-1877. Rio de Janeiro, 1878.
- Mapa especial do movimento da população ingênua até 31 de dezembro de 1877 nos diversos municípios da província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1878.
- Mapa das libertações efetuadas na província do Rio de Janeiro pelo Fundo de Emancipação. Rio de Janeiro, 1887.

- Quadro demonstrativo do movimento da população escrava da província do Rio de Janeiro, de 30 de setembro de 1873 a 31 de agosto de 1882. Rio de Janeiro, 1883.
- Quadro do movimento da população escrava da província do Rio de Janeiro, de 30 de Setembro de 1873 a 30 de Junho de 1884. Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1885.
- Quadro estatístico dos escravos existentes na província do Rio de Janeiro, matriculados até 30 de março do corrente ano, em virtude da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Rio de Janeiro, 1887.

3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

- *Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger / Tip. Commercial, 1876. 12 Volumes.

4. Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (MJERJ)

- Inventário de José de Souza Breves (1879), 9 volumes.